

Luta de Classes

Pela reconstrução
da 4ª Internacional

IMPRESA
R\$ 4,00
OPERÁRIA

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (Karl Marx)

SUPREMO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO



Credito: Agência Brasil

No último período grandes greves sacudiram o país. Servidores das universidades federais, servidores federais, correios, metalúrgicos, bancários, petroleiros. No entanto estas greves não confluíram para a unidade de todas as categorias. Ao mesmo tempo o STF realiza uma monstruosa farsa com o julgamento do 'Mensalão'. Sua intenção? Condenar a classe trabalhadora.

Editorial: pág. 3
STF, Supremo Tribunal da Inquisição: págs. 9 e 10

NÃO À CRIMINALIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

EDUCAÇÃO

A educação brasileira em perigo

Págs. 7 e 8

INTERNACIONAL

Síria: A revolução confiscada e a preparação de intervenção militar imperialista

Págs. 15, 16 e 17

CAMPANHAS

Palestina livre

Pág. 20



BANCÁRIOS



METALÚRGICOS



CORREIOS



QUEM SOMOS E PELO QUE LUTAMOS?



A Esquerda Marxista é uma organização política que luta pelo socialismo. Somos a seção brasileira da Corrente Marxista Internacional - CMI, presente em mais de 30 países. Estamos ao lado dos trabalhadores e da juventude em suas batalhas do dia-a-dia rumo à sua emancipação. Juntos com os trabalhadores, ocupamos fábricas (Cipla, Interfibra, Flaskô e tantas outras). Na defesa dos postos de trabalho e direitos, desde 2002 construímos o Movimento das Fábricas Ocupadas na luta pela estatização sob controle operário, resistindo aos duros golpes, como a intervenção a mando do governo federal na Cipla e Interfibra.

Estamos com os trabalhadores rurais sem-terra e os sem-teto nas lutas por terra e moradia. Estamos nos sindicatos, na CUT, combatendo pelas reivindicações dos trabalhadores, contra os pelegos e os divisionistas. Impulsionamos o Movimento Negro Socialista, que tem papel destacado na luta contra o racismo e o racialismo – contra a divisão do povo trabalhador brasileiro em “raças”. E com a Juventude Marxista – organização de jovens da EM – estamos na luta da juventude por seus direitos e por um futuro digno; organizando a luta pelo passe-livre e por vagas para todos nas universidades públicas.

Somos uma corrente do Partido dos Trabalhadores, uma corrente que não se furta a combater a coalizão de Lula com a burguesia e a degeneração do partido, dessa forma nos ligamos aos milhares de petistas que continuam fiéis à sua classe e que não se esqueceram dos motivos pelos quais o PT foi fundado.

Petroleiros realizam greves e trançaços

Wanderci Bueno

wanderci.bueno@gmail.com

Ao lado das greves de importantes categorias, os petroleiros realizaram uma paralisação de advertência de 24h no dia 26 de setembro, ao mesmo tempo a FUP, Federação Única dos Petroleiros, em nota pública anunciou que o governo está preparando novas rodadas de privatizações: “O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, anunciou recentemente que o governo deverá reto-

mar no próximo ano os leilões de blocos petrolíferos, que estavam suspensos desde 2009”. Segundo ele, “haverá duas sequências de licitações em 2013, sendo que a 11ª Rodada está prevista para maio, com a oferta de 174 blocos de petróleo e gás, dos quais 87 em terra e 87 em áreas do pós-sal no mar, principalmente no litoral Norte e Nordeste”.

A FUP chamou ainda os trabalhadores para se mobilizarem e convoca-os para “retomar a luta contra os leilões de concessão do

nosso petróleo e gás. O que está em jogo é a soberania nacional. Mais do que nunca, precisamos fazer andar no Senado o Projeto de Lei dos movimentos sociais (PLS 531/2009), que defende o restabelecimento do monopólio estatal através de uma Petrobrás 100% pública”.

Essa luta certamente deve ser encampada por todos os trabalhadores. **A Esquerda Marxista apoia!**

* Wanderci é editor do JLC

Chega de truques, banqueiro!

*Rafael Prata

rafaelpratacps@yahoo.com.br

Esse é o lema da campanha salarial dos bancários para chamar a atenção da população frente às manobras contábeis e ao desrespeito para com o emprego, os salários e a jornada de trabalho da categoria.

Os bancos afirmam que houve uma redução nos lucros e a mídia toda confirma essa informação, sem contestar. Mas, em primeiro lugar, o lucro dos bancos continua astronômico e, em segundo lugar, o balanço dos bancos foi subdimensionado.

Vejamos:

Em 2011, os cinco maiores bancos (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander e Caixa) contabilizaram ao todo R\$ 50,7 bilhões de lucro líquido: o maior resultado da história do sistema financeiro! Já no primeiro semestre de 2012, os cinco maiores lucraram cerca de R\$ 24 bilhões e, no mesmo período do ano anterior lucraram R\$ 24,73 bilhões. Quer dizer, o lucro do primeiro semestre desse



Crédito: CUT-BH

Bancários em greve nas ruas de Belo Horizonte

ano foi apenas levemente menor do que o recorde do ano passado... Por isso, a intransigência dos banqueiros na mesa de negociação é injustificável!

Além disso, é preciso levar em conta nos cálculos de 2012 o considerável aumento nas despesas dos bancos para a Provisão de Devedores Duvidosos (PDD), afinal, a inadimplência não aumentou tanto assim, a ponto de desenquadrar os bancos dos patamares exigidos pelos Acordos de

Basileia, por exemplo. Pelo contrário, os bancos brasileiros não estão nem perto de atingir os patamares internacionais de risco. Resumindo, uma parte da riqueza que deveria ser contabilizada como lucro líquido foi parar na Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) sem nenhuma justificativa plausível! Tudo para esconder a verdade dos bancários e da população! **Toda força à luta dos bancários!**

* Rafael é bancário e militante da EM



Boleto de Assinatura. Deposite e envie por carta, e-mail ou entregue a um militante

Nome: _____
 Endereço - Rua (Avenida): _____
 Nº _____ Complemento: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____
 CEP: _____ E-mail: _____
 Telefone: (____) _____ Cel: (____) _____ Data: ____/____/____
 Agência de origem do depósito: _____ ou nº do depósito: _____

ASSINE: **LutadeClasses**

Distribuição interna aos filiados do PT -12 N°s R\$ 48,00 - 12 N°s solidário R\$ 60,00
 Rua Tabatinguera, 326 cj. 11 - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01020-000; Fone: (11) 3101-8810
 Banco do Brasil; Ag: 1196-7; CC: 30759-9; Instituto Marx & Engels de Est. e Pesq. do Trab.
 jornal@marxismo.org.br - home: www.marxismo.org.br - Editor responsável: Wanderci Bueno

Bancários, correios, petroleiros, metalúrgicos em luta. E o que fazem as direções?

Esquerda Marxista

No mês de setembro importantes categorias entraram em campanha salarial. Metalúrgicos do ABC, Petroleiros, Correios, Químicos de São Paulo. Seria uma primavera quente se as direções não estivessem com o freio de mão puxado.

Antes a maioria dos servidores federais paralisaram suas atividades exigindo melhorias salariais. A direção da CUT, depois de adiar a Marcha aprovada no Congresso da entidade, chamou um Ato para Brasília, para 5 de setembro, quando as greves já haviam cessado.

A força da classe trabalhadora se expressa nas greves

Em setembro, com a entrada em cena de importantes categorias em campanhas salariais, uma vez mais a direção da CUT realizou um “Ato de Unidade” para não unir nada. Reuniu não mais que 2000 dirigentes sindicais na Avenida Paulista em São Paulo, bem longe das bases.

No quarto dia de greve dos bancários mais de 9.092 agências e centros administrativos estavam parados. Mas, sua luta sofreu desde o início o bloqueio da burocracia sindical que evita a todo custo a criação de comandos de greves democráticos.

A FUP, dos petroleiros, convocou os trabalhadores a retomar a luta contra os leilões de concessão do petróleo e gás. E anunciam paralisação exigindo a aprovação no Senado do “Projeto de Lei (PLS 531/2009), que restabelece o monopólio estatal através de uma Petrobrás 100% pública”. O caminho, neste caso, todos sabem, é a greve geral dos petroleiros e de



Petroleiros fazem paralisação e tranção na Alemôa

todos os trabalhadores. E isto remete à responsabilidade da CUT.

A Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (FEM-CUT/SP) fatiou a categoria e negociou por grupos como fundição, máquinas e eletrônicos, autopeças, forjaria e parafusos, trefilação, laminação de metais ferrosos; refrigeração, equipamentos ferroviários, rodoviários entre outros, lâmpadas, material bélico, entre outros e estamparia. Mesmo assim, trabalhadores de várias empresas foram à luta e demonstraram que existe forte disposição e combatividade, até mesmo em situação de isolamento imposto pelas direções.

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC apresentou ao governo proposta na qual os trabalhadores e patrões podem firmar acordos não mais regidos pela CLT. O projeto permite que os salários e a jornada sejam reduzidos temporariamente em casos de dificuldades econômicas, amplia o banco de horas e insti-

tui acordos entre empresas e os Comitês Sindicais por empresas. Será o fim dos acordos coletivos por categorias. Será a fragmentação completa das categorias de trabalhadores.

As empresas que aceitarem os Comitês Sindicais reconhecerão apenas aqueles que forem homologados e certificados pelo governo. Ou seja, passaremos da era sindical CLT tutelada pelo Estado, para a era sindical por empresa, por meio dos Comitês tutelados e regulamentados pelos governos.

A unidade é uma necessidade para os trabalhadores

Se bancários, correios e petroleiros tivessem unificado as mobilizações fariam recuar o seu patrão, o governo federal, e não passariam pelas ameaças e ações anti-sindicais como os servidores federais enfrentaram nos últimos meses.

Sem falar dos grupos sectários e oportunistas como os sindicatos

dirigidos por Conlutas que além de rebaixar as reivindicações aceitam acordos pelegos como o dos metalúrgicos de São José dos Campos onde impediram a greve e aceitaram preparar as demissões junto com a GM. Fizeram igualzinho aos dirigentes que eles criticam. Além de se dedicarem a cindir a Central Sindical criando pequenos agrupamentos nesta hora em que a unidade da classe é necessária e justifica a existência de uma Central unitária, eles também dividem as greves como fizeram com a greve dos correios que sempre foi unitária e nacional dirigida pela Fentect. É preciso trazer estes sindicatos de volta para a CUT e suas federações, é necessário acabar com as divisões que só servem aos patrões.

Perspectivas

Em todas as categorias é preciso discutir amplamente com a base as perspectivas desta situação e suas consequências. Apenas a imposição da vontade da base sobre a vontade das direções poderá dar novo rumo às mobilizações e assegurar vitórias duradouras.

Mas, isto exige acima de tudo uma orientação política de independência de classe que estas direções hoje não têm. Exige luta pelas reivindicações e não a defesa incondicional de políticas governamentais que interessam aos patrões. Exige acima de tudo algo que os dirigentes esqueceram, mas estava na base da fundação da CUT, que é defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta pelo socialismo. É entre os trabalhadores mais jovens, que não carregam o peso do passado que esta chama renascerá, na luta.

Drogas, opressão e exploração

*Fábio Ramirez

fabioramirez.com@gmail.com

Publicamos nesta edição a segunda parte do artigo que trata de analisar a questão das drogas, sua utilização na destruição da juventude e no desvirtuamento de suas lutas contra o capitalismo

O consumo de drogas legais e ilegais tem suas raízes nas insuportáveis condições de existência de milhões de pessoas no capitalismo. O desemprego entre a juventude, a exploração no trabalho, o fracasso nos estudos, a falta de perspectiva e a decadência dos valores burgueses são os elementos que criam o ambiente para proliferação das drogas. Sem acesso ao lazer, à educação, ao esporte e à cultura, as drogas têm sido utilizadas como uma forma dos jovens fugirem da realidade tão dolorosa, uma fuga para outro mundo aparentemente menos cruel.

Drogas como heroína e crack disseminam-se principalmente em bairros periféricos onde as condições de vida são mais precárias. As drogas se nutrem das insuportáveis condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

Mas se 'afogar' nas drogas não muda em nada a realidade e tira qualquer possibilidade de luta para sua transformação, o imperialismo sabe muito bem disso.

Os revolucionários combatem as drogas e ajudam a juventude se organizar para derrotar o imperialismo. Não queremos fugir da realidade, queremos transformá-la, por isso dizemos: drogas não! Queremos trabalho, diversão, arte e educação!



Crédito: Noêmia Fontanela

Usuários de drogas na Praça Osório em Curitiba

A legalização das drogas é uma saída?

Os defensores da legalização das drogas dizem que a maioria dos problemas relacionados com as mesmas decorre de seu caráter ilegal. Afirmam que se legalizar a maconha e outras drogas mais leves, com uso controlado das demais, acabaria com o tráfico, as máfias e as mortes decorrentes da comercialização.

A legalização de uma droga conduz inevitavelmente à multiplicação de seu consumo. Vimos na edição 47 os estragos que as drogas podem fazer na classe trabalhadora e em suas lutas, portanto. A legalização

provocaria um aumento no número de viciados e conseqüentemente um ataque maior à classe trabalhadora.

Engels explicava que a Inglaterra, quando liberou o consumo de álcool, imediatamente o consumo cresceu. *“Não é de se admirar porque os trabalhadores bebem muito. (...) As leis de 1830 sobre a cerveja, que facilitaram a abertura de bares cujos proprietários tinham o direito de vender cerveja para consumo no local, favoreceram igualmente a extensão do alcoolismo, abrindo um bar, por assim dizer, na porta de cada um.”*

Os legalizacionistas dizem que a legalização trará um consumo con-

trolado e fiscalizado, evitando as doenças relacionadas ao consumo. Mas é justamente o contrário, com o aumento do consumo se produzirá também um aumento de suas conseqüências. Basta ver o exemplo do álcool, que apesar de ser legal e estar socialmente tolerado, a cada ano aumenta o número de alcoólicos. Os índices de mortes por cirrose e outras doenças relacionadas, tem aumentado em todo o mundo. A legalidade do tabaco não impede que milhões morram em decorrência do aparecimento de carcinomas incuráveis.

O uso controlado das drogas tidas como mais nocivas, como a heroína (até agora ninguém ainda defende que se possa vendê-la de forma livre e aberta nos colégios, por ex.), é uma ilusão. As experiências de vendas controladas de drogas legais nos mostram que tal coisa não é possível, o álcool e o tabaco são proibidos para menores, mas são consumidos por eles, mesmo que supostamente estejam sob controle.

Legalização: liberdade ou aprisionamento?

Algumas organizações de esquerda que defendem a legalização das drogas argumentam que as pessoas devem ter o direito de decidir sobre o seu próprio corpo. Propõem a regulamentação da produção, distribuição e consumo. Dizem que se trata de respeitar a liberdade individual e o direito ao livre uso do seu corpo.

Os revolucionários não acreditam que a liberdade das pessoas seja apenas uma questão individual, é sim o resultado da ação coletiva da classe trabalhadora que deve se libertar a si mesma da exploração e opressão. Não é possível haver liberdade pela via das drogas.

O que ocorrerá, se as drogas forem liberadas será o contrário do

>> Continua na próxima página



que argumentam os legalizacionistas. O viciado em alguma droga, seja ela legal ou ilegal, não possui autonomia sobre seu próprio corpo, é conduzido de acordo com o seu vício. O alcoólatra é capaz de abandonar sua família e seu emprego para embriagar-se. O dependente químico é capaz de cometer atos que jamais cometeria em estado de lucidez. Há casos em que os dependentes “se aprisionam” aos traficantes, cumprindo as ordens deles para satisfazer as necessidades de seu vício. Esse tipo de liberdade não serve àqueles que almejam mudar a sociedade!

A liberdade que defendemos passa pelo direito à educação pública de qualidade para todos, direito à cultura, ao lazer, desporto e diversão, queremos tudo o que o capitalismo, o mesmo que organiza o cultivo, a fabricação e distribuição das drogas, nega para a juventude e para a maioria da população.

Drogas e tratamentos medicinais

Outro argumento dos legalizacionistas é sobre as propriedades medicinais das drogas, em particular da maconha. Dizem que uma droga que pode ser útil para o tratamento de inúmeras enfermidades não pode ser proibida. Mas o que tem haver as propriedades medicinais e sua utilização no tratamento de uma enfermidade com sua liberação para o consumo? Nada! Antibióticos são medicamentos muito eficazes e só podem ser consumidos com receita e prescrição médica. Os anticancerígenos, que são venenos muito potentes, são de extrema importância para a medicina, mas sua venda livre seria um absurdo. A morfina é uma droga, mas também é um medicamento necessário para o tratamento da dor e tem sua venda controlada apenas para uso medicinal. Somos a favor da utilização de qualquer droga no tratamento medicinal, mas isso não tem nada haver com o livre consumo e a legalização.

A legalização acabará com o tráfico?

Dizem que a legalização acabará com as máfias do tráfico. De fato é possível que com a legalização alguns narcotraficantes se convertam em delinquentes e empreendedores. Mas, dado que não haveria uma legalização completa, sempre haverá espaço para o tráfico ilegal de algumas drogas, aliás, o capitalismo necessita do mercado paralelo. O tráfico e contrabando de bebidas alcoólicas e de cigarros é uma prova disso.

O mercado das drogas, como qualquer outro mercado paralelo, só pode ser combatido com a planificação da economia, o controle social do estado e da economia. O mercado tecnológico, a indústria farmacêutica e todo mercado financeiro é legal e isso não impede que se desenvolva o mercado paralelo, o tráfico, pois essa é uma característica do capitalismo. Mesmo com uma eventual legalização completa das drogas o tráfico continuará existindo enquanto a burguesia estiver no comando do estado.

Existem ainda os que defendem a legalização argumentando que isso acabaria com repressão policial. Ledo engano ou má fé! A repressão é uma atividade política de classe que a burguesia utiliza na defesa de seus negócios (Estado) e contra os trabalhadores, por isso mantém a polícia militar, as tropas da FAs e todo aparato jurídico. Mesmo com as drogas liberadas a repressão continuará existindo enquanto os trabalhadores não tomarem o poder. Aliás, se o motivo da repressão é o caráter ilegal das drogas, como explicar os milhares de jovens que não são usuários de drogas e que todos os dias sofrem violência policial pelo simples fato de serem pobres, negros e residirem em bairros populares. Os usuários de drogas ricos quase não sofrem repressão. A violência contra os jovens trabalhadores é uma atividade política da burguesia em defesa da classe dominante e da sua propriedade privada dos meios de produção.

Drogas: o papel da polícia e a repressão

Na prática, as drogas só são ilegais no papel. Sua distribuição é tolerada e fomentada pelas autoridades. A ONU calcula em 800 toneladas a produção anual de cocaína. Dessa quantidade, só 180 toneladas são apreendidas pela polícia, 20%.

A produção mundial de maconha é calculada em 500 mil toneladas por ano, das quais 5 mil toneladas são apreendidas. De 4200 toneladas de haxixe (substância extraída da maconha) produzido no Marrocos, só 300 toneladas são apreendidas. Os números da ONU são claros e explicam como o Estado e seu braço armado, o aparato repressivo, não combate a comercialização das drogas, pelo contrário, são agentes que sustentam o funcionamento desse negócio.

É praticamente impossível circular pelo mundo tamanha quantidade de mercadorias sem a ajuda dos órgãos oficiais de fiscalização, policial e financeiro, do Estado e da burguesia. As pequenas apreensões são apenas para ilustrar a imagem de que o Estado combate o crime organizado. De vez em quando um traficante ali outro aqui é preso, mas nunca quem comanda os negócios (grandes especuladores e capitalistas) é afetado por nenhuma operação policial. A polícia é o braço armado do estado, que por sua vez é o comitê central da burguesia.

Por outro lado, o Estado reprime os trabalhadores e a juventude nas periferias urbanas dizendo combater o tráfico. Na verdade combatem a organização destas populações, combatem suas lutas.

Os meios de comunicação da burguesia culpam o indivíduo pela existência do tráfico, dizendo que o consumidor de drogas é o responsável. A polícia sobe o morro e invade as comunidades carentes com seus carros blindados, mata, e diz que a culpa das mortes é do usuário de drogas! Mas a realidade é

que a burguesia criou as condições para o uso da droga e ela mesma dissemina e financia o crime organizado.

Somos contra as drogas e contra a repressão que o capitalismo organiza contra os consumidores e contra a juventude, vítima que precisa de acompanhamento médico e social, negado pelo Estado burguês. O combate deve ser contra os traficantes e capitalistas que financiam e lucram com o tráfico e a destruição massiva da juventude.

Não se caminha ao socialismo reivindicando drogas

Temos visto vários companheiros que combatem sob a bandeira do socialismo defendendo em seu programa as drogas e sua legalização. Não é possível lutar pela emancipação dos trabalhadores reivindicando a disponibilização massiva de drogas para a destruição dos trabalhadores e da juventude. A luta rumo ao socialismo parte do combate pelo atendimento das reivindicações básicas dos trabalhadores e é preciso que eles e a juventude estejam organizados como classe, em seu partido.

Do programa dos socialistas faz parte a bandeira de tratamento público eficaz aos dependentes de drogas, fim da repressão aos usuários, estatização do sistema financeiro - impedimento da lavagem de dinheiro e do financiamento do tráfico, punição severa aos traficantes e agentes do estado e da burguesia associados ao tráfico.

Calcula-se que 90% do tráfico de drogas escapam das ações policiais, e não escapa casualmente, possuem a participação ativa do estado.

A luta contra as drogas é parte da luta da classe trabalhadora contra sua própria destruição. Não é uma questão moral. Drogas não, revolução sim!

**Fábio Ramirez é dirigente da Juventude Marxista*

Oposição metalúrgica de Joinville: um passo à frente

*Ulrich Beathalter

prof.ulrich@ibest.com.br

Brasil afora a classe trabalhadora está inquieta, pois sabe da necessidade de se movimentar frente aos ataques do Capital

No final de agosto ocorreram eleições para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, em Santa Catarina. Depois de 18 anos sem qualquer disputa, a atual direção (ligada à corrente majoritária da CUT, Articulação Sindical) enfrentou uma oposição que surgiu no chão de fábrica, sob a bandeira cutista e apoiada pela Esquerda Marxista.

Ela foi formada a partir do rompimento de cinco dirigentes sindicais de base com a executiva do sindicato, sendo uma operária da empresa Docol e quatro da Tupy Fundições (com aproximadamente 8 mil trabalhadores). A oposição se consolidou depois da greve da Tupy, que teve início na madrugada do dia 2 de abril e foi organizada espontaneamente pelos operários, depois de anos sem qualquer mobilização.

A executiva do sindicato só soube da greve depois que os trabalhadores já organizavam piquetes nos portões da empresa. Em desespero, tratou de procurar os executivos da empresa em busca de uma solução. No dia seguinte, 36 horas depois do início da greve, o sindicato organizou uma assembleia em frente à fábrica. No caminhão, os discursos eram de intimidação aos

trabalhadores, apresentando a ameaça de um interdito proibitório. A proposta da campanha salarial pouco havia avançado. Ante a nítida disposição da categoria de permanecer em greve, a diretoria do sindicato ameaçou com pesadas multas que dilapidariam o patrimônio da entidade, além de riscos a que cada trabalhador estaria exposto. Instantes antes de ir a voto, os portões da fábrica se abriram e, por convite do presidente do sindicato, as chefias e trabalhadores que não haviam aderido à greve juntaram-se à assembleia. Nesse momento, sob a pressão das chefias e da direção do sindicato, os operários tiveram que votar o fim da greve, que foi aprovado, apesar do número expressivo de votos contrários. Estava declarado o nascimento da oposição.

A direção executiva estadual da CUT, composta majoritariamente por membros da Articulação Sindical, não reconheceu a chapa de oposição, tampouco organizou o debate sobre a eleição na base cutista. Ao invés disso, o que houve foi uma campanha de calúnias aos membros da oposição e aos sindicatos que os apoiaram.

O processo eleitoral foi um exemplo do que uma direção é capaz para permanecer no poder e manter privilégios. Esquecendo a democracia, foram permitidos à oposição apenas 15 dias de campanha. A lista de votantes só foi disponibilizada no fim da tarde da véspera da abertura das urnas. Além disso, a forma de distribuição das listas e das urnas indicava a intenção de evitar o recolhimento dos votos, principalmente na

Tupy, empresa com o maior número de associados. Ao fim, a chapa de oposição obteve cerca de 30% dos votos – na Tupy, praticamente 50%.

O que aconteceu na base dos metalúrgicos de Joinville está ocorrendo em todo o país. O surgimento de uma oposição é resultado da conjuntura política e econômica que os trabalhadores atravessam. Brasil afora a classe trabalhadora está inquieta, pois sabe da necessidade de reagir frente aos ataques promovidos pelo Capital para diminuir direitos. Os dirigentes sindicais que não compreendem isso e que não se propõem

“

Com o nascimento de uma oposição que defende o programa de fundação da CUT, uma luz acendeu nas bases metalúrgicas de Joinville

a organizar a categoria para a luta serão inevitavelmente varridos no próximo período. Foi esse processo que se iniciou na base dos metalúrgicos.

Ao olhar a história da atual gestão dos metalúrgicos, é impressionante perceber o processo de adaptação dos antigos dirigentes. No interior da CUT eles combatem abertamente qualquer movimento paredista. Para eles, os trabalhadores não estão mais dispostos a cor-

rer riscos. É por isso que não compreendem o que se passa quando sua categoria se levanta disposta a lutar. Outro fato que chama a atenção é sua aproximação com o sindicato dos metalúrgicos de Santo André e Mauá, filiado à Força Sindical. Em diversos materiais, os “cutistas” de Joinville fazem menções elogiosas ao sindicato de Mauá. Inclusive publicam fotos das duas diretorias abraçadas. Entre os trabalhadores de Joinville, é corrente a citação de Mauá como exemplo a ser seguido. Mesmo durante a greve, ouviam-se declarações como: “Se aqui fosse como Mauá...” e “Se fizessemos como Mauá...”. Do outro lado, em materiais de Mauá também há referências positivas ao sindicato de Joinville. Algo estranho, sobretudo se tratando de um sindicato de metalúrgicos cutista, que deveria ter seu exemplo no grande sindicato de São Bernardo do Campo.

Com o nascimento de uma oposição que defende o programa de fundação da CUT, uma luz acendeu nas bases metalúrgicas de Joinville. Seu trabalho nas fábricas vai continuar, com a organização dos operários pelas reivindicações, contra os ataques patronais e pela independência do sindicato. Ela é um grande avanço na construção de uma corrente sindical que se coloque como alternativa à direção da CUT, para dar fim à política de colaboração de classes.

**Ulrich é militante da Esquerda Marxista e presidente do Sindicato dos Servidores Públicos dos Municípios de Joinville, Garuva e Itapoá.*

Reforma do Ensino Médio Brasileiro

A educação brasileira em perigo

*Maritânia Camargo

maritaniacamargo@ig.com.br

Os jornais de todo o Brasil, desde a publicação dos índices do IDEB - Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico -, divulgam que a educação pública, em nível médio, precisa passar por uma reforma e o Governo Federal já anunciou que a “reforma” sairá do papel. Não há dúvidas que existe um projeto a ser implementado e praticamente todas as esferas do poder estão caminhando juntas. São mudanças na estrutura do ensino e cabe aos sindicatos, às entidades estudantis e à sociedade organizada alertar a população da armadilha que está sendo preparada.

No início deste ano, o Conselho Nacional de Educação em sua Resolução de número 2, de 30 de janeiro, publicou no Diário Oficial da União as “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio”. Já em maio de 2012 a Câmara dos Deputados constituiu uma “Comissão Especial Destinada a Promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio”. Em 17 de agosto no programa de rádio Hora da Educação, após a divulgação dos índices do IDEB, o ministro da Educação Aloizio Mercadante, afirma que “Precisamos de um novo currículo, mais flexível, menos fragmentado, tirando um pouco dessa sobrecarga de disciplinas”. Ainda em agosto o grupo RBS lança a campanha institucional com o slogan “A Educação Precisa de Respostas” e no painel promovido, ao vivo para todo o sul do país, “especialistas”, governadores e o ministro, reafirmaram que a reformulação do Ensino Médio e a flexibilização da grade curricular



Na cidade de Colombo, sala de aula superlotada

são a prioridade. O projeto deve ser implantado a partir de 2013.

O que significa reformular o ensino médio? Qual a relação da flexibilização da grade curricular com a vida dos jovens e professores brasileiros?

Para o Ministro da Educação Aloizio Mercadante é preciso colocar em prática a Resolução 2 do CNE/CEB, que é por si só, observamos, por demais esclarecedora.

A Resolução 2 está organizada em 23 artigos, vários subtítulos e dezenas de incisos, numa linguagem que, quando olhada superficialmente, agrada muitos desavisados de boas intenções. Como explica o estudioso francês Michel Éliard em seu livro “O Fim da Escola”, vivemos momentos de extrema confusão social que têm efeitos devastadores sobre a linguagem. Certos termos que desde a Revolução Francesa expressaram os elementos essenciais da democracia, hoje são considera-

dos obsoletos. Falar de igualdade republicana dos direitos não está na moda. A moda é a diferença, o pluralismo, o multiculturalismo, a equidade. O universal “não está na moda”. A falada Resolução nº 2 cumpre exatamente o papel de estar na moda e, portanto, é o desmonte daquela ideia de igualdade para todos. Vale ressaltar que a Resolução n. 2 elimina da sua linguagem qualquer resquício da igualdade republicana que ainda era mantida na Resolução 3 de 26 de junho de 1998, que esteve vigente até a data da publicação desta de n. 2.

Pode-se dizer que as Diretrizes que compõem a Resolução n. 2 estão fundamentadas em três grandes eixos:

- A divisão do Ensino Médio em áreas de conhecimento, através da flexibilização do currículo escolar;
- A integração entre mundo do trabalho e escola;

- O Financiamento da educação privada, ao invés da educação pública.

1. Áreas de conhecimento

A nova proposta educacional prevê que o currículo tenha uma parte comum e a outra flexível. Esta ideia já constava na LDB e na Resolução de 1998. Todavia, a Resolução n. 3 de 1998 era muito clara quando afirmava em seu inciso II do art. 11 que “a base nacional comum deverá compreender, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do tempo mínimo de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, estabelecido pela lei como carga horária para o ensino médio”. Já a Resolução 2 não trata de números, apenas autoriza a flexibilização. Na Resolução 2, a única “garantia” é que será levada em conta a diversidade, as características locais e especificidades regionais.

>> Continua na próxima página

Diante disto, a proposta é que o currículo seja organizado em áreas de conhecimento: Linguagem; Matemática; Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Vários estados e municípios já passaram por experiências aproximadas, pois a LDB já autorizava que uma pequena parte do currículo fosse flexível. Muitos estados fizeram o experimento. Para exemplificar o assunto, retomase a primeira década do século XXI, quando o Estado de Santa Catarina colocou no currículo do Ensino Médio a disciplina NRHE (Noções de Relações Humanas e Ética). Para a seleção dos profissionais que atuaram na área, não foi necessário concurso público, pois a disciplina se enquadrava na parte flexível, ou seja, era uma experiência. Os professores que ministraram esta disciplina tinham formações variadas: sociologia, direito, cursos técnicos, magistério. Alguns anos depois, o estado eliminou a matéria e passou uma borracha no assunto. Quando eliminada não deixou rastros. Os trabalhadores que ministraram aquela disciplina foram eliminados dos quadros do serviço do estado e finalizou-se o assunto.

Este modelo, conforme a Resolução 2 deve ser aplicado em todo o país. Cada governo, escola, ou até mesmo a comunidade deve decidir o que fazer com seus currículos, a maior parte da grade será flexível e, portanto, a escola passa a ser um grande experimento.

Outra consideração a ser feita diz respeito ao que será contemplado em cada área de conhecimento. Pela Resolução, na área de conhecimento intitulada linguagem, por exemplo, entender-se-á:

“Parágrafo único. Em termos operacionais, os componentes curriculares obrigatórios decorrentes da LDB que integram as áreas de conhecimento são os referentes a:

I - Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Materna, para populações indígenas;
- c) Língua Estrangeira moderna;
- d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical;
- e) Educação Física.”

O parágrafo único significa que havendo uma aula semanal de Língua Portuguesa, uma de Língua Materna, uma de Língua Estrangeira moderna, uma de Arte e uma de educação física, o estudante cumpriu o que se chama de currículo comum, o educando teve quatro aulas de “linguagem” por semana. Ou seja, existe aqui uma diminuição espantosa de conteúdo e uma redução gigante da carga horária dos professores efetivos concursados para as disciplinas específicas. Um retrocesso de décadas para a educação pública do país.

Uma farsa educacional que colocará em risco a formação de milhões de jovens em todo o país e o emprego de milhares de professores.

2. Escola e trabalho

Neste item é necessário primeiro esclarecer que nenhuma proposta educacional, atual, tem como fundamento a formação profissional para o trabalho. Pelo contrário, as novas legislações educacionais têm por objetivo adequar a escola ao novo mundo do trabalho, ou melhor, ao antigo mundo do trabalho, aquele do século XIX, onde a jornada era de 14h diárias e as crianças trabalhavam. Por isso, os estudantes do ensino médio não precisam mais ter conhecimento, precisam apenas permanecer na escola e transformarem-se em mão de obra barata por mais tempo. Tal afirmação está fundamentada, em especial, em dois itens da Resolução 2.

“Art. 14 (...)

IV - no Ensino Médio regular noturno, adequado às condições de trabalhadores, respeitados os mínimos de duração e de carga horária, o projeto político-pedagógico deve atender, com qualidade, a sua singularidade, especificando uma organização curricular e metodológica diferenciada, e pode, para garantir a permanência e o sucesso destes estudantes:

a) ampliar a duração do curso para mais de 3 (três) anos, **com menor carga horária diária e anual**, garantido o mínimo total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas;”

...

IX - os componentes curriculares devem propiciar a apropriação de conceitos e categorias básicas, **e não o acúmulo de informações e conhecimentos**, estabelecendo um conjunto necessário de saberes integrados e significativos;” (grifos meus)

Ou seja, nossos jovens trabalhadores poderão concluir o Ensino Médio, não mais em 3 anos, mas em quantos anos forem necessários para agradar o mundo do trabalho, tendo como única condição a carga horária. Até porque, como afirma a nova diretriz, a escola não deve ser um ambiente de acúmulo de conhecimento. Ao que parece, a escola deve se transformar em um depósito de jovens.

3. Financiamento da Educação

Segundo o Censo da Educação Superior 2010, o Ensino Superior Privado subiu sua representação de 68,9% em 2008 para 74,2% em 2010, ou seja, o Ensino Superior público (federal, estadual e municipal) caiu de 31,1% para 25,8%, dado assustador que revela qual o caminho da educação pública no Brasil. Com a reforma do Ensino Médio o governo federal, apoiado por todos os governos estaduais e municipais pretende diminuir o custo da educação pública e ampliar o incentivo ao Ensino Superior Privado.

A fórmula é simples, reduz-se o custo do Ensino Médio público, aplica-se o Enem e se distribui bolsas de estudos para que os alunos estudem em qualquer faculdade privada de fundo de quintal do país. Uma ação que atende aos interesses do mercado e que destrói o ensino público a cada dia.

É preciso enfatizar que a Resolução 2, no que diz respeito ao financiamento do Ensino Médio, reafirma e enfatiza a ideia de autonomia da gestão escolar, ou seja, aquela ideia vigente de que não são os governos que devem sustentar as escolas, mas sim as comunidades. Para isso se dá o nome de democratização da Educação.

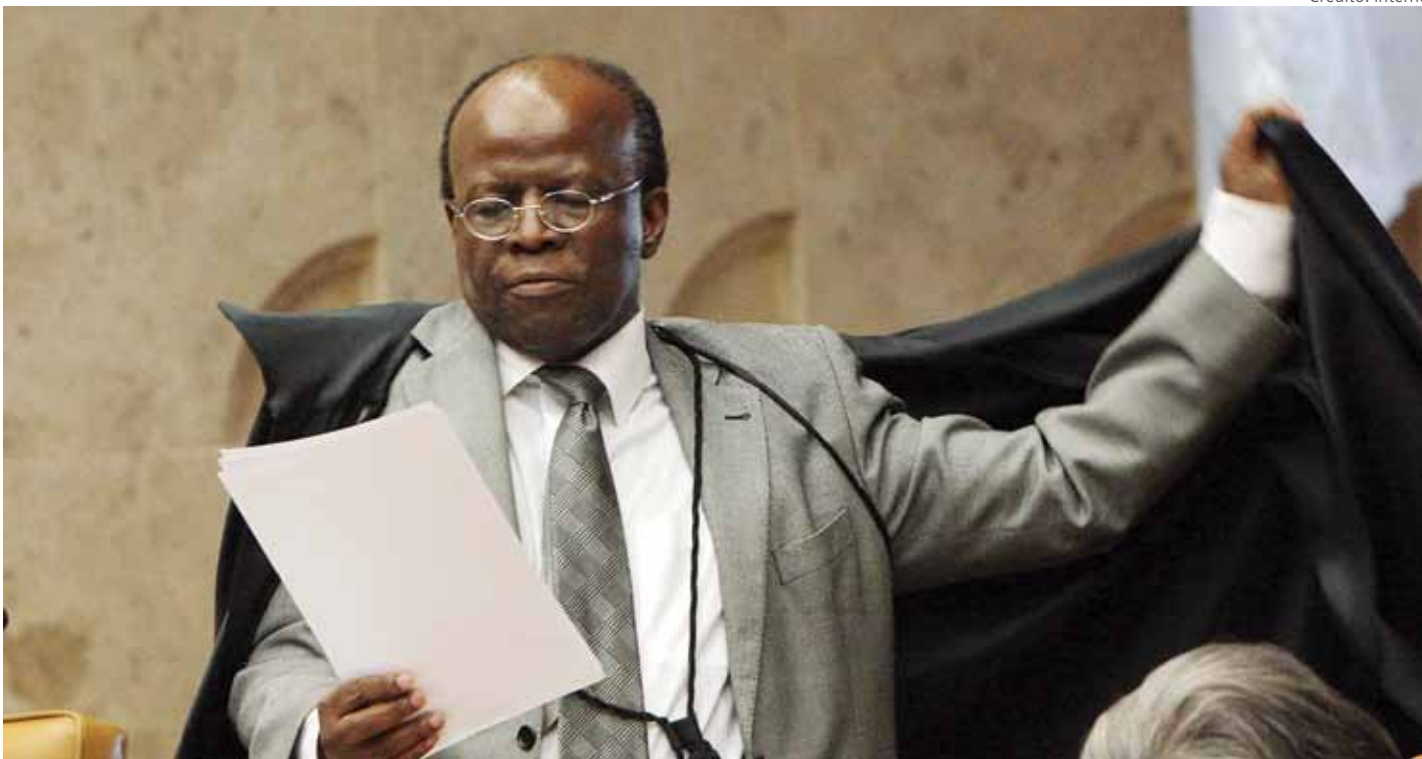
Por fim, o que está em jogo no que se intitulou Reforma do Ensino Médio, através da Resolução 2 do CNE/CEB, é o papel que a história destinou à escola. Isto é, a conquista da igualdade de direitos para que todos, sejam pobres ou ricos, tenham acesso à educação pública, gratuita e laica. O direito histórico de acesso ao conhecimento que a humanidade acumulou durante milênios e que, durante muito tempo, era guardado para uma casta. Como afirma Éliard, em livre tradução, “defender o que existe é preparar o futuro. Ao contrário dos vastos programas ditos de refundação da escola, do primário ao superior, que escondem a destruição do edifício.”

Como já dito, é preciso que educadores, sindicatos de trabalhadores, estudantes e outras instituições ligadas ao tema tomem conta do assunto e levistem o debate em nível nacional, para lutar não em nome de uma modernidade vazia, mas de uma educação que continue a desenvolver o conhecimento e prepare os jovens para novos desafios.

**Maritânia é professora e militante da Esquerda Marxista*

STF, Supremo Tribunal da Santa Inquisição

Crédito: internet



Joaquim Barbosa, o relator do STF

Esquerda Marxista

“Todos sabem como funcionam os partidos “aliados” e também os de oposição. Historicamente eles se locupletam com os latifundiários e empresários usando o aparato de Estado, as leis e o Orçamento Federal. O Estado, além de aparato repressivo contra a classe trabalhadora é o Comitê Central para o enriquecimento da burguesia”

O jornal O Estado de São Paulo noticiava em 19 de setembro que “Barbosa julgaria Dirceu próximo ao 1º turno das eleições”. Só a iniciativa de concentrar os holofotes sobre o julgamento nas vésperas das eleições já dá uma ideia dos objetivos inconfessáveis, da mediocridade de espírito dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Mas, o espetáculo farsesco montado na suprema corte tem

objetivos políticos muito maiores do que atingir o PT nas eleições de 2012.

A “justiça”, leia-se o sistema judiciário da classe dominante, não passa de “*Teias de aranha que prendem os pequenos insetos e liberam os grandes*”, como dizia Anacharsis, o filósofo cita que viveu na Grécia antiga.

O que pretende o STF é através dos dirigentes do PT atingir todas as organizações de luta da classe trabalhadora, “demonstrando” que os trabalhadores e organizações são imorais criminosos e que não podem ou devem ousar se levantar como classe frente a burguesia. Pouco importa se os atuais dirigentes do PT deixaram de lado a luta de classes e tentam ajudar a criar um impossível capitalismo desenvolvido, no Brasil.

O método do julgamento é a criminalização da ação política dos trabalhadores e dos dirigentes das organizações que as massas construíram e reconhecem como suas. Provas?! Ora, para que provas se

todos sabem que eles são culpados!

O Inquisidor-Geral da República Roberto Gurgel declarou que este é o julgamento mais importante da história do Brasil. Este é o sentimento (na visão estreita e ridícula) de toda essa gente que não abriu a boca quando FHC comprou no Congresso a mudança da lei para um segundo mandato. Essa gente que anistia os crimes da Ditadura Militar contra todo o povo brasileiro. As escandalosas fraudes das privatizações-doações do patrimônio público, feitas por FHC e seus deputados e senadores. A Vale foi avaliada e vendida por 4 bilhões, mas um ano depois estava no mercado valendo 120 bilhões. Aqui essa gente não percebeu crime!

O Tribunal de Inquisição montado em Brasília é o ponto culminante de um processo de criminalização da luta política e social dos trabalhadores que tem conhecido uma crescente disposição em todo o judiciário, incentivado pela imprensa. Este processo vem crescendo.

A verdadeira culpa que carre-

gam Zé Dirceu, Genoíno, João Paulo, Lula e outros dirigentes do PT é de terem subordinado os interesses da classe trabalhadora aos interesses do capital, de conduzirem uma política reformista do capital e de se aliarem aos inimigos de classe. Mas, esta culpa quem deve julgar e resolver é a classe trabalhadora e a história.

O que a burguesia pretende é bem outra coisa

Como centenas de outros em todo o Brasil um juiz de Campinas ao deferir liminar contra uma ocupação escreve, falando do MST: “*Em sua posição sistemática contra a propriedade, amparado pela vista permissiva do Governo Federal, cujo partido o pariu e fomentou suas estripulias éticas durante os anos do Governo FHC, o Movimento a que pertence o réu conjugou com sucesso métodos de guerrilha a ataques de organizações terroristas. A propriedade, direito natural por excelência, deve atender sua função social, atributo reconhecido desde a CF/88 e reprisado pelo Código Civil de 2002. Entretanto, em um retrospecto histórico do direito de propriedade, podemos perceber vários nuances, que vão desde a concepção liberal até a posição de Michel Proudhon, para o qual a propriedade é um roubo, sustentáculo teórico do desenvolvimento a respeito do assunto de várias correntes socialistas, sobretudo o marxismo*”. DECISÃO LIMINAR (21.11.2008 – Dr. André Gonçalves Fernandes).

Já Sarney nomeia uma comissão coordenada pelo Ministro do STJ, Gilson Dipp, (aquele que foi nomeado por Dilma para a Comissão da Verdade!) para “atualizar” o Código Penal. Eles propõem introduzir

>> Continua na próxima página

o crime de “Terrorismo” e além do óbvio (bombas, etc.) definem terrorismo como:

*“*invadir qualquer bem público ou privado;*

**interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática e bancos de dados.*

**sabotar o funcionamento ou apoderar-se do controle de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, inclusive instalações militares”.*

Assim como *“forçar autoridades públicas a fazer o que a lei não exige ou deixar de fazer o que a lei não proíbe”.*

Ou seja, criminaliza como terrorismo desde greves a manifestações, ocupações, etc.

Cada vez mais se sente o ódio de classe exposto através do judiciário especialmente contra greves, ocupações e mobilizações. É isso apesar da humilhante ingenuidade dos governantes que indicaram oito dos atuais ministros da Inquisição, apesar de todas as tentativas dos dirigentes do PT e do governo de serem simpáticos e “realistas”, como se eles pudessem ser assimilados pela burguesia enquanto continuam a dirigir um partido político de classe. Mesmo com sua política eles são odiados pela burguesia que tremia de medo quando o PT ganhou com Lula e uma maré vermelha deu posse ao operário metalúrgico em Brasília.

A ação do STF é muito clara. E ela, sim, é uma farsa histórica. Mas, o que deveria impressionar também é que os dirigentes acusados não reagem politicamente. Genoíno acaba de declarar que “confia na justiça”. João Paulo Cunha, segundo a imprensa, “chora o tempo todo”. E Zé Dirceu, que fez a besteira de “sair do Planalto para combater na planície”, segundo suas palavras na época da renúncia da Casa

Civil, foi cassado sumariamente, acusado, caluniado, tratado como um criminoso e agora declara que “não pretende sair do país”. Ou seja, diz que está pronto para ser preso ao invés de denunciar a farsa e conchamar a mobilização política contra a inquisição do PT e dos movimentos sociais. O companheiro Zé não precisa sair do país. Deve é junto com Lula e Dilma levantar o povo trabalhador e a juventude contra esta farsa e esta Inquisição.

O julgamento do STF é um ato político completamente tendencioso e as condenações são ditadas por seus objetivos, pouco importando que haja ou não provas. É só juntar as partes da farsa.

“Aos amigos tudo, aos inimigos, a lei”

Esta frase, atribuída a Getúlio Vargas, desvenda a alma tenebrosa dos nove ministros do Supremo que se debruçam como corvos sobre a nação. E como se vê agora no julgamento, se a lei também não puder ser usada porque provas não existem então se muda a lei ali mesmo no STF pouco importando o que está escrito na sua própria Constituição.

O STF nada fez para interferir nas eleições de 1989, quando a Rede Globo fraudou o último debate entre Collor e Lula. A Suprema Corte não se moveu quando a Polícia Federal armou a farsa do sequestro de Abílio Diniz por falsos militantes do PT. O STF tem lado e é o lado da classe dominante. Este tribunal tem a função máxima de zelar pelo sossego e salvação do domínio da classe capitalista sobre toda a sociedade. Sua função é política e nada tem a ver com tal “administração de justiça”. Este Tribunal que inocentou Collor de Melo agora pretende condenar Zé Dirceu e outros dirigentes do PT sem provas de qualquer valor e só baseado na própria acusação.

A acusação formulada por Roberto Jefferson, ex-aliado, é de que

“

A verdadeira culpa que carregam Zé Dirceu, Genoíno, João Paulo, Lula e outros dirigentes do PT é de terem subordinado os interesses da classe trabalhadora aos interesses do capital

Dirceu e a direção do PT pagavam “mesada” para deputados votarem a favor de projetos do governo. A tese é politicamente absurda.

Todo mundo sabe que não é assim que os governantes compram deputados e senadores. A compra é feita via liberação de emendas ao Orçamento Federal ou aprovação de leis que beneficiam diretamente os parlamentares ou seus amigos. E há muitas outras medidas do que o método completamente idiota de pagar “mesada”.

Todos sabem como funcionam os partidos “aliados” e também os de oposição. Historicamente eles se locupletam com os latifundiários e empresários usando o aparato de Estado, as leis e o Orçamento Federal. O Estado, além de aparato repressivo contra a classe trabalhadora é o Comitê Central para o enriquecimento da burguesia.

E por fim, os projetos todos enviados por Lula ao Congresso sempre foram do interesse da burguesia ou de setores dela. Por isso tem tamanha “base aliada”.

O único caminho

A hipocrisia e o ódio de classe contra os trabalhadores espuma da boca de Joaquim Barbosa e de seus pares cínicos e arrogantes. O único caminho contra estes ataques é a mobilização da classe e da juventude

de desmascarando esta farsa e condenando este Tribunal de classe e de Inquisição.

Os trabalhadores devem sempre ter em mente que, para eles, está escrito na fachada do STF o mesmo que Dante Alighieri viu inscrito na porta dos Infernos: “Vós que entraís, deixai aqui toda esperança”. Isso vale para a classe inimiga dos poderosos, porque para os inimigos existe a lei. Para os amigos, como FHC, Azeredo, Aécio e outros, existe o STF.

O único caminho é a luta de classes contra esta perseguição e contra estas instituições. Isso passa pelo PT romper as alianças com os partidos de direita e com o capital e entrar na via da mobilização para construir outras instituições. Passa por parar de enfrentar os movimentos dos trabalhadores, as greves e manifestações e atender as reivindicações. O único caminho é este. O resto leva à desmoralização e ao inferno.

Se os dirigentes do PT entrarem em combate contra toda esta gente desde a base, podem contar com a Esquerda Marxista. E desde já com a solidariedade de classe que não reconhece direito ou legitimidade nas perseguições organizadas pelo judiciário contra nossa classe, suas organizações e dirigentes.

Crédito: Internet



Estátua da justiça



STF: guardião de tantas injustiças

*Francisco Lessa
chicolessa@terra.com.br

“...o STF não é sequer guardião da reacionária Constituição Federal da burguesia. É um instrumento de condenação prévia dos pobres, dos negros e trabalhadores. Quando lhe interessa e interessa aos burgueses, rasga os princípios republicanos e aniquila as pequenas conquistas obtidas pela classe trabalhadora lá nos idos de 1988”

Em junho de 1988, durante palestra intitulada ‘A Prestação da Justiça sob a perspectiva da Sociedade’, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal José Paulo Sepúlveda Pertence, no Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado, em Brasília (DF), afirmou que o STF seria o ‘guardião da Constituição Federal de 1988 e da democracia brasileira nos últimos 20 anos.’

Convenhamos que as tarefas sustentadas pelo ex-ministro não se tratam de quaisquer feitos espetaculares. Em primeiro lugar porque a Constituição de 1988 só fez reafirmar o privilégio de poucos e direitos resumidos para todos. Em segundo porque democracia não significa votar a cada dois anos, mas sim a efetiva participação nas decisões que dizem respeito à vida da maioria da população, o que sob o capitalismo é apenas uma ficção.

Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, afirmou em discurso de 27 de julho de 1998, alguns meses antes da promulgação da Constituição, que esta seria ‘a Constituição cidadã, porque recuperaria como cidadãos milhões de brasileiros, vítimas da



Crédito: Internet

Alguns ministros do STF: os sorrisos não escondem a farsa da imparcialidade

pior das discriminações: a miséria.’ E ainda concluía: ‘Viva a vida que ela vai defender e semear!’

Palavras vazias, nada mais do que isso, assim como a maioria dos artigos que compõem a Constituição, porque até hoje a reforma agrária não sai do lugar, a moradia continua um sonho para milhões, a educação e a saúde são artigos de luxo.

Alguns exemplos do STF como inquisidor contra os trabalhadores

Por algumas oportunidades o STF foi chamado a pronunciar-se sobre assuntos relevantes para a classe trabalhadora e para a juventude brasileira.

Cito em primeiro lugar a sua posição sobre a greve no serviço público, porque neste aspecto não

poderia ser mais clara a posição do ‘guardião da Constituição’.

A Constituição Federal de 1988 estipula em seu art. 37, inciso VII, que ‘o direito de greve [no serviço

“

democracia não significa votar a cada dois anos, mas sim a efetiva participação nas decisões que dizem respeito à vida da maioria da população, o que sob o capitalismo é apenas uma ficção

público] será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica’.

Mas a Suprema Corte tem outra opinião sobre a greve. Segundo as decisões de plenário adotadas até o momento, sempre com ampla maioria, de forma especial nos Mandados de Injunção de números 670/ES, 708/DF e 712/PA, expressamente consignaram que, “nos termos do 7.º da Lei n.º 7.783/1989, a deflagração da greve corresponde à suspensão da relação de trabalho, sem prestação de serviços e nem percepção de remuneração, exceto acordo específico formulado entre as partes, caso a caso. Naquela oportunidade, a Corte Maior, ao colmatar o silêncio legislativo acerca do tema, determinou que, como regra geral, os salários dos dias de paralisação não deverão ser pagos, salvo no caso em que a greve tenha sido provocada justamente por atraso no pagamento”.

Sobre as reivindicações que levaram a categoria a paralisar suas atividades nenhuma palavra é dita; o direito de greve está garantido, menos o pagamento dos dias parados. Outros comentários são desnecessários.

Outra questão importante a que foi chamado o STF a enfrentar diz respeito às cotas nas universidades.

Sobre a votação no Supremo publicou a Folha de São Paulo em 26 de abril deste ano de 2012, Ayres Britto disse durante o voto que os erros de uma geração podem ser revistos pela geração seguinte e é isto que está sendo feito.

Em um voto de quase duas horas, o ministro Ricardo Lewandowski afirmou ontem (25) que o sistema de cotas em universidades cria um tratamento desigual com o objetivo de promover, no futuro, a igualdade.

>> Continua na próxima página

Para ele, a UnB cumpre os requisitos, pois definiu, em 2004, quando o sistema foi implantado, que ele seria revisto em dez anos. “A política de ação afirmativa deve durar o tempo necessário para corrigir as distorções.”

Luiz Fux foi o segundo voto a favor das cotas raciais. Segundo Fux, não se trata de discriminação reservar algumas vagas para determinado grupo de pessoas. “É uma classificação racial benigna, que não se compara com a discriminação, pois visa fins sociais louváveis”, disse.

A ministra Rosa Weber também seguiu o voto do relator. Para ela, o sistema de cotas visa dar aos negros o acesso à universidade brasileira e, assim, equilibrar as oportunidades sociais.

O quarto voto favorável foi da Ministra Cármen Lúcia, que citou duas histórias pessoais sobre marcas deixadas pela desigualdade na infância.

Em seu voto, o ministro Joaquim Barbosa citou julgamento da Suprema Corte americana que validou o sistema de cotas para negros nos Estados Unidos, ao dizer que o principal argumento que levou àquela decisão foi o seguinte: “Os EUA eram e continuam a ser um país líder no mundo livre, mas seria insustentável manter-se como livre, mantendo uma situação interna como aquela”.

Peluso criticou argumentos de que a reserva de vagas fere o princípio da meritocracia. “O mérito é sim um critério justo, mas é justo apenas em relação aos candidatos que tiveram oportunidades idênticas ou pelos menos assemelhadas”, disse. “O que as pessoas são e o que elas fazem dependem das oportunidades e das experiências que ela teve para se constituir como pessoa”.

O ministro Gilmar Mendes também votou pela constitucionalidade das cotas em universidades, mas fez críticas ao modelo adotado pela UnB. Ele argumentou que tal siste-

ma, que reserva 20% das vagas para autodeclarados negros e pardos, pode gerar “distorções e perversões”.

Celso de Mello disse, durante seu voto, que ações afirmativas estão em conformidade com Constituição e com Declarações Internacionais subscritas pelo Brasil.

Marco Aurélio Mello também seguiu o relator e votou pela constitucionalidade do sistema de cotas.

Em oposição a estas posições podemos ler:

“A verdade amplamente reconhecida é que o principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços

“

A verdade amplamente reconhecida é que o principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos

públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos. Essas metas só poderão ser alcançadas pelo esforço comum de cidadãos de todos os tons de pele contra privilégios odiosos que limitam o alcance do princípio republicano da igualdade política e jurídica”. (Carta Pública ao Congresso Nacional: Todos têm direitos iguais na República Democrática, em Divisões Perigosas, pág.



Ministro Joaquim Barbosa visto pela charge de Aroeira

345. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007).

Demétrio Magnoli, geógrafo, colunista da Folha de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democratização e Desenvolvimento – NADD da Universidade de São Paulo - USP, em relação às políticas de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial, narra:

“O estatuto cancela o princípio republicano da cidadania. Ele determina a classificação racial compulsória de cada brasileiro por meio da identificação obrigatória da “raça” em todos os documentos gerados no sistema de ensino, saúde, trabalho e previdência. Os modelos implícitos são a África do Sul do Apartheid e a Ruanda dos belgas, com suas carteiras de identificação etno-racial. Pelas suas disposições, a nação deixa de ser um contrato entre indivíduos para se tornar uma confederação de “raças”.

(...)

O Estatuto introduz o conceito de “reparação histórica”, que passa a nortear as relações entre a “nação afro-brasileira” e a “nação branca”. A “reparação” entrou no direito internacional para subs-

tituir a pilhagem de guerra. No lugar do saque “bárbaro”, a nação vencedora inscrevia nos tratados a obrigação da nação batida de pagar reparações. À luz do estatuto, a nova confederação de “raças” não é uma nação, mas duas, separadas pelo evento histórico da escravidão. Eis a lógica pela qual a “nação branca” deve reconhecer-se como herdeira dos proprietários de escravos e pagar reparações à “nação afro-brasileira”. É ela que justifica a discriminação negativa contra os “brancos”, mesmo que trabalhadores e pobres”. (MAGNOLI, Demétrio. Constituição do Racismo in Divisões Perigosas. pág. 283. 2007).

Estes exemplos esclarecem mais do que nunca que o STF não é sequer guardião da reacionária Constituição Federal da burguesia. É um instrumento de condenação prévia dos pobres, dos negros e trabalhadores. Quando lhe interessa e interessa aos burgueses, rasga os princípios republicanos e aniquila as pequenas conquistas obtidas pela classe trabalhadora lá nos idos de 1988.

*Lessa é advogado trabalhista, petista e militante da Esquerda Marxista



França: François Hollande, um prisioneiro voluntário do capitalismo

Crédito: Internet



Manifestação de trabalhadores franceses contra os cortes e em defesa dos empregos

*Greg Oxley

loxley.greg@gmail.com

Como era de se esperar, as pesquisas de opinião mostram que o apoio a Hollande está diminuindo rapidamente. No dia 9 de setembro, ele apareceu na televisão em uma tentativa de melhorar sua imagem. Disse que espera que a economia melhore da crise no "ano que vem". Isso é conversa fiada...

Desde que François Hollande tomou posse como presidente da França em maio, os índices de desemprego vêm subindo a cada mês. Agora já passa da marca de três milhões. Se adicionarmos a essa marca os que sobrevivem com poucas horas de trabalho, mas que são registrados como procurando um emprego fixo, temos mais de

quatro milhões e meio de desempregados. Estima-se que mais um milhão de pessoas estejam desempregadas, mas sobre quantas não estão recebendo qualquer benefício, não há registros.

Há pouca esperança de que o aumento nas taxas de desemprego diminua nos próximos meses. A Citroen PSA vai cortar oito mil postos de trabalho. A Air France, cinco mil. Alcatel-Lucent, Sanofi, SFR, Bouygues Telecom, Hewlett-Packard, Conforama, Doux, Groupama, Puma, Castorama, Novandie, Nouvelles Frontières... A lista de empresas que irão realizar demissões em massa não tem fim. Somente na indústria da construção civil mais de 35 mil perderam o emprego em 2012.

O governo Hollande dá uma impressão de impotência. De fato, é mais do que apenas uma impressão. O presidente francês e seus ministros são prisioneiros voluntá-

rios do capitalismo, em uma época de declínio do sistema. Os ricos estão cada vez mais ricos. Não existe nada parecido com uma crise para eles! Mas o sistema deles só pode se manter vivo à custa do restante da sociedade.

Durante sua campanha eleitoral, Hollande prometeu melhorar as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que garantiu que continuaria a defender os interesses dos ricos. É mais uma ilusão – ou melhor, é mais um exemplo da duplicidade na qual os líderes socialistas franceses são experientes.

Aos capitalistas da federação MEDEF de empregadores, Hollande prometeu reduzir os custos da mão de obra e tomar medidas para aumentar a lucratividade de seus negócios e torná-los mais competitivos. Isso significa ampliar a exploração sobre os trabalhadores, de uma forma ou de outra. Sob o

capitalismo, a chave é maior produtividade e menores salários. Mas, ao mesmo tempo, ele promete elevar o padrão de vida desses mesmos trabalhadores. Ele utiliza esse mesmo tipo de ambiguidade em relação aos gastos públicos. Ele declara solenemente que se opõe à austeridade, mas ratifica os acordos europeus que impõem justamente isso, e ainda declara que os gastos públicos serão reduzidos em mais 10 bilhões de euros, não muito diferente do que fez seu antecessor conservador Sarkozy.

Essa hipocrisia mentirosa pode gerar confusão com relação à sua verdadeira posição, mas somente por um tempo. Sabemos que os trabalhadores são pacientes, mesmo quando passam por grandes sofrimentos. Eles querem acreditar naqueles que dizem defender seus interesses. Mas essa paciência, necessariamente, tem limites. Há sinais de que a situação fran-

“

(Hollande) declara solenemente que se opõe à austeridade, mas ratifica os acordos europeus que impõem justamente isso.

cesa já caminha nessa direção. E quando esse limite for alcançado, haverá uma enorme reação na forma de descontentamento social e mobilizações por parte da classe trabalhadora francesa.

Em julho passado, quando a Citroen PSA fechou sua fábrica

>> Continua na próxima página

em Aulnay-sous-Bois, ao norte de Paris, Hollande declarou que isso era “inaceitável”. Mas ele aceitou mesmo assim e limitou sua reação a pedir, polidamente, que a empresa limitasse o número de postos de trabalho que pretendia eliminar. Dois dias depois, o jornal *Le Figaro*, de direita, publicou um artigo intitulado: “Hollande reconhece sua incapacidade de prevenir o fechamento de Aulnay”. Essa incapacidade é resultado de sua recusa de tomar qualquer medida séria contra os capitalistas. A PSA deveria ser nacionalizada e os empregos, garantidos. Muitos trabalhadores da fábrica estão conformados com seu destino. Por outro lado, todos os trabalhadores devem se sentir traídos pelo governo. Experiências como essa não são esquecidas pelos trabalhadores, tanto dentro quanto fora dessa indústria. Na hora certa, eles tirarão suas conclusões.

Em relação à educação, Hollande prometeu criar 60 mil empregos nas escolas nos cinco anos de mandato, mas neste primeiro ano escolar ele criou 1000 empregos, o que significa uma perda de 13 mil vagas, uma vez que Sarkozy eliminou outras 14 mil antes de ser chutado da presidência.

Como era de se esperar, as pesquisas de opinião mostram que o apoio a Hollande está diminuindo rapidamente. No dia 9 de setembro, ele apareceu na televisão em uma tentativa de melhorar sua imagem. Disse que espera que a economia melhore da crise no “ano que vem”. Isso é conversa fiada, para dizer o mínimo. Espanha, Itália, Reino Unido e Grécia estão todos em recessão. A economia alemã segue na mesma direção. O crescimento do PIB francês foi de 0%. A demanda por produtos industriais despencou. A base industrial da economia francesa não representa mais do que 12% do PIB, contra 22% na economia alemã. O déficit na balança comercial foi de impressionantes 75 bilhões

“

O governo Hollande dá uma impressão de impotência. De fato, é mais do que apenas uma impressão. O presidente francês e seus ministros são prisioneiros voluntários do capitalismo, em uma época de declínio do sistema.

de euros! Cortes nos gastos públicos, desemprego crescente, restrições de crédito, investimentos e consumo caindo significam que o mercado está encolhendo, tanto na França quanto na Europa. O

efeito da situação na Espanha e na Itália ainda surgirá com toda a força na França. Então de onde virá o crescimento do “ano que vem”? Claramente, o otimismo de Hollande é apenas parte do jogo de confundir os trabalhadores. A verdade é que ele não tem a menor ideia de como resolver os problemas que ele prometeu sanar durante sua campanha.

O aumento da intensidade da luta de classes na Grécia e na Espanha não permanecerá confinado a esses países. Ocorrerá também na França no próximo período. Nem os capitalistas nem seus moderados porta-vozes que ocupam muitas posições de poder no movimento operário vão oferecer alguma alternativa. À medida que a sociedade caminhar cada vez mais para trás e as conquistas históricas da classe trabalhadora forem sendo destruídas, o caminho para uma mudança estrutural estará sendo pavimentado. Ao invés de se limitarem a uma defesa con-

tra as consequências do capitalismo, os trabalhadores se tornarão conscientes a ponto de chegar à conclusão que a saída é atacar o próprio sistema. Os encontros de massa organizados durante as eleições presidenciais em torno de Jean Luc Mélechon, candidato da *Front de Gauche* (Frente de Esquerda), com alguns reunindo mais de 100 mil pessoas, mostra o quanto o setor mais avançado da classe trabalhadora está se radicalizando. O período que segue verá a expansão desse radicalismo para todo o restante do proletariado. Quando isso acontecer, ideias revolucionárias ganharão base de massas na França, como já ocorreu, mas, desta vez, em uma escala sem precedentes. O socialismo se tornará não apenas um programa ou um conjunto de ideias, mas uma força de massas por mudanças.

**Greg Oxley é dirigente da seção francesa da CMI, La Riposte*

Crédito: Internet



Manifestação de apoio ao candidato Mélenchon antes das eleições



Síria: a revolução confiscada e a preparação de intervenção militar imperialista

Crédito: AFP-UOLNoticias



Tropas rebeldes em meio à guerra civil

*Mario Conte e Serge Goulart

mariocontef@gmail.com

serge@marxismo.org.br

Hoje não há uma organização revolucionária de massas dos trabalhadores na Síria, uma organização à qual eles possam se agarrar nesse momento revolucionário para golpear Assad. A falta de organizações de massa dos trabalhadores cria um vácuo que em política nunca permanece muito tempo sem ser ocupado

A longa preparação de um processo revolucionário

Em dezembro de 2010 teve início um movimento revolucionário que se espalhou pelo Magreb (Norte da África) e Oriente Médio. Começou na Tunísia derrubando a ditadura de Ben Ali, derrubou Mubarak no Egito e ameaçava todos os regimes da região.

As formas e o próprio desenvolvimento da situação revolucionária variaram em cada país, mas seu conteúdo era o mesmo, uma revolta das massas contra as condições de vida que lhes eram impostas pelas tiranias a serviço do imperialismo.

A autoimolação do jovem Mohamed Bouazizi foi o estopim, mas a situação que levou a água à borda do copo foi a crise econômica mundial que atinge violentamente as condições de vida dos povos e o aumento da exploração e repressão sobre os trabalhadores.

Na Líbia, frente a uma verdadeira insurreição popular que se iniciava, o regime começava a se desagregar e o imperialismo toma a iniciativa de buscar legitimar os opositores burgueses e assim assumir o controle da situação, impedindo um aprofundamento revolucionário. Em nome de um hipócrita humanitarismo o imperialismo intervém na Líbia dire-

tamente. Essa intervenção provoca por um lado um recoesionamento dos setores leais a Kadafi e, por outro, coloca o controle da situação nas mãos dos seus agentes locais. O resultado foi o recrudescimento da guerra, sectarização da luta e a destruição do país, com a população que havia iniciado a insurreição afastada da cena tendo confiscada sua revolução e o controle do país tomado por bandos armados.

Na Síria, o imperialismo, notadamente o norte-americano e o francês, além dos regimes reacionários locais, como Arábia Saudita e ou-

>> Continua na próxima página

tros, todos se lançaram imediatamente para impedir a generalização da revolução e se dedicam a deturpar a revolução, desviá-la conduzindo e preparando a situação para uma intervenção militar imperialista da ONU, ou de outra força imperialista diretamente.

Na Líbia, no início, eles foram surpreendidos e não estavam seguros de assumir o controle frente à independência do movimento. Entretanto, a falta de organização e de direção política, a violência de Kadafi e a transformação da insurreição nas cidades em combate de exércitos colocou a direção nas mãos daqueles que o imperialismo armava e deslocou os métodos e o resultado final da luta popular chegando a estabelecer um governo abertamente pró-imperialista e desagregando o país em uma guerra de milícias e tribos. Agora, eles tomam iniciativas mais rapidamente, inclusive pelo lugar e grau de desenvolvimento da Síria na região.

A reação quer deturpar e derrotar a insurreição

A Síria está sendo levada à destruição, enquanto o imperialismo deturpa a verdadeira insurreição popular que buscava se livrar de Assad, e prepara uma intervenção. Em todos os casos, tanto na Líbia como na Síria, trata-se de criar condições para impedir que uma verdadeira revolução tenha lugar e coloque o problema da exploração e da opressão na mesa para ser resolvido. Tanto na Líbia como na Síria no início do processo as insurreições populares começaram a constituir Conselhos Populares com delegados eleitos e revogáveis que assumiam as tarefas de direção e controle de cidades. Para os capitalistas e seus agentes este é um processo que é preciso interromper a qualquer custo.

Só no último mês de agosto estima-se que 100 mil pessoas abandonaram a Síria de Bashar Al-Assad, no poder desde 17 de julho de 2000, quando substituiu seu pai, Hafez al-

-Assad que assumiu o controle do país, em 1970, em um golpe dentro do golpe que ele e outros haviam dado em 1963.

A TV não para de mostrar cenas de guerra e de horror. A imprensa burguesa apresenta os fatos fingindo-se alarmada e preparando o terreno para uma intervenção militar imperialista.

O conflito na Síria, assim como foi na Líbia, coloca questões políticas importantes. Ex-estalinistas, grupos pequeno-burgueses e diversas seitas se colocaram desde o início contra as manifestações populares que enfrentavam a ditadura de Assad gritando que se tratava de “ações imperialistas infiltradas” contra um regime progressista e anti-imperialista. Essa lamentável posição de capitulação a um regime reacionário e sanguinário é expressão da falência política destas correntes.

Por um lado, afastam a história e por outro não levam em consideração os sentimentos das massas revoltadas, mas apenas as declarações hipócritas do regime. E por fim, de fato, consideram as massas populares como uma manada sem discernimento e sem objetivos, capaz de ser “levantada” por intrigas imperialistas secretas. O absurdo de conceder ao imperialismo a capacidade de em ações secretas conseguir jogar as massas contra um regime progressista é a prova de que estas correntes não têm nenhuma confiança no povo trabalhador e se movem pela ação dos aparelhos. Eles não se movem pelas necessidades profundas dos oprimidos. São meros impressionistas incapazes de distinguir a realidade da farsa.

O levante sírio veio como uma surpresa da mesma forma que as revoltas na Tunísia

O fato é que ninguém organizou ou previu a explosão popular contra o regime assassino, nem mesmo os serviços de Inteligência do imperialismo ou seus melhores analistas. O influente “The Economist Intelli-

gence Unit” previa um futuro de paz para Damasco. Ninguém viu a insurreição que chegava.

Em fevereiro de 2011, poucos dias após o ditador Hosni Mubarak ser derrubado no Cairo, Bashar Al-Assad, dizia em público que “*as revoluções recentes na Tunísia e no Egito nunca poderiam ser repetidas em seu país porque o povo sírio apreciava seu regime e sua resistência contra o sionismo e imperialismo*”.

Apenas Assad fez esta previsão e milhares de habitantes da cidade de Derá, no sul do país, tomaram as ruas para protestar contra a detenção e interrogatório de vários adolescentes que tinham escrito grafites contra o governo. Era 15 de março, o primeiro dia de uma rebelião que foi inicialmente pacífica, mas que desde o início sofreu uma repressão contundente e sangrenta. A rebelião logo se espalhou a partir do epicentro de Derá para as províncias periféricas do país até ser deslocada pela fabricação do Exército Livre Sírio que transformou a insurreição em guerra de guerrilha nas cidades afastando o componente de luta de massas.

“

A Síria está sendo levada à destruição, enquanto o imperialismo deturpa a verdadeira insurreição popular que buscava se livrar de Assad e prepara uma intervenção

Mas, o prognóstico de Al-Assad não foi o único errado. Especialistas de todo tipo fizeram previsões semelhantes nos meses anteriores. Um relatório da Economist Intelligence

Unit (EIU), de junho de 2010, analisa a situação política e econômica na Síria e faz previsões para o segundo semestre de 2010 e todo o ano de 2011. Diz o relatório que o regime de Assad “talvez faça algumas reformas políticas limitadas” nesse período, mas insiste que a sua posição não está ameaçada. “O presidente Assad deve permanecer no poder em 2010 e 2011 e apesar de algumas tensões dentro do regime, não há nenhuma ameaça significativa para seu governo”, prevê o relatório.

O levante sírio veio como uma surpresa da mesma forma que as revoltas na Tunísia e no Egito não foram previstas por ninguém, incluindo os próprios regimes, até que estouraram. E isso inclui os serviços de inteligência das potências ocidentais, entre os quais estão os Estados Unidos que se aprontavam para enviar um novo embaixador para a Síria já que não tinha ninguém ali neste posto há cinco anos. Mas, os eternos conspiradores que nunca confiam nas massas são incapazes de compreender isso.

O Exército Livre não representa a vanguarda revolucionária

A insurreição popular iniciada contra Assad apavorou não só o regime, mas seus aliados e adversários imperialistas. A derrubada do regime e a extensão de Conselhos Populares controlando cidades não é o tipo de regime e estado que os capitalistas possam apoiar, em nenhum caso. Era preciso por um lado intensificar a repressão para aterrizo e estancar a revolução e por outro criar as condições para tirar as massas da cena e organizar um conflito de tipo militar entre frações armadas pelo regime e por seus adversários. Esse foi o papel reservado ao autoproclamado Exército Livre Sírio.

Os massacres ordenados por Assad levaram a uma situação em que a violência com que os soldados eram

>> Continua na próxima página

obrigados a reprimir seu próprio povo propiciou deserções massivas no exército. Muitos desses soldados não tinham outra coisa a fazer que juntar-se à iniciativa de grupos religiosos armados pela Arábia Saudita, Qatar e outras organizações integristas muçulmanas que constituíram o autoproclamado Exército de Libertação Sírio (ELS). Muitos dos massacrados sobreviventes também fugiram e se enredaram no ELS, única força com meios de propiciar a sobrevivência e armas. Estes soldados desertores e os sobreviventes, sinceros combatentes pela derrubada de Assad, engrossaram o que até então era um grupo armado por regimes rivais.

No ELS entraram oficiais que apoiavam o regime, mas mudaram de lado como ratos que abandonam um navio naufragando assim como mercenários dos países vizinhos cujo soldo é bancado pelos mais reacionários regimes da região. O Qatar e Arábia Saudita, e diversas lideranças religiosas pretendem derrubar Assad e impor um regime a sua imagem. O fato de Assad pertencer à minoria alauita em um país predominantemente sunita é apontado por essa gente como a causa de todos os seus crimes. Fomentando o ódio religioso, buscando transformar a revolução em um jihad (guerra santa), contra os inimigos do Islã.

A ação do ELS iniciando a luta armada interrompeu os protestos de massas e o processo dos conselhos populares que se desenvolvia. O ELS não representa uma vanguarda revolucionária que poderia constituir-se numa milícia proletária independente, mas é a expressão da degeneração da revolução em contrarrevolução através do domínio de forças e interesses em oposição à insurreição das massas cansadas da exploração capitalista que o regime representava. O ELS pede armas às monarquias locais e uma intervenção militar imperialista, o que já mostra seu caráter.

A dita luta armada do ELS impede as massas de utilizarem seus mé-

todos de luta e as atomiza em “civis” ou “soldados”. Torna impossível que as manifestações continuem e impeça a organização da classe trabalhadora nos seus locais de trabalho fazendo uso de suas armas históricas, como as greves e paralisações para golpear regime e classe inimiga.

Paralelamente à constituição do ELS, uma parcela da burguesia nativa da Síria, ao perceber que Assad não teria condições de se manter no poder e que era uma questão de tempo para sua deposição, se autoproclamou direção da revolução sob o nome de Conselho Nacional da Síria (CNS). Um conglomerado de burgueses liberais, que deseja a deposição de Assad tanto quanto teme a tomada do poder pelas massas de trabalhadores. E, por isso mesmo, tem clamado abertamente pela intervenção militar imperialista no país.

Hoje não há uma organização revolucionária de massas dos trabalhadores na Síria, uma organização à qual eles possam se agarrar nesse momento revolucionário para golpear Assad. A falta de organizações de massa dos trabalhadores cria um vácuo que em política nunca permanece muito tempo sem ser ocupado.

Somente com a construção do partido e dos Conselhos Operários a revolução triunfará

As massas deram início a uma experiência de Conselhos Populares de tipo soviético na cidade de Zabadani, na fronteira com o Líbano, ao final de 2011. Não por acaso essa cidade foi alvo de ataques sucessivos até que ao final de janeiro desse ano foi tomada pelo exército. O resultado foi massacre, repressão, prisões, tortura e estupros de pessoas de todas as idades. A intenção de Assad era fazer fracassar a experiência dos Conselhos antes que seu exemplo permitisse apontar para uma nova ordem social.

As consequências dessa representação foram dramáticas. Desde as crescentes deserções engrossando



A forma de impedir a completa degeneração do processo revolucionário em curso, de barrar uma intervenção militar imperialista ou dos regimes da região diretamente, é a entrada em cena das massas trabalhadoras

as fileiras do ELS até o crescimento de lideranças religiosas na revolução com consignas reacionárias. Eles apenas dividem os trabalhadores ocultando que os interesses do conjunto da classe não são distintos, seja de um sunita, xiita, alauita, curdo, cristão ou druso. O resultado é também um coesamento das forças sob controle de Assad.

A forma de impedir a completa degeneração do processo revolucionário em curso, de barrar uma intervenção militar imperialista ou dos regimes da região diretamente, é a entrada em cena das massas trabalhadoras com seus métodos históricos de greves gerais, manifestações de massas, ocupação de fábricas e empresas colocando-as sob o controle dos trabalhadores, demonstrando quem é que comanda e controla a economia da sociedade, paralisando o regime até a sua liquidação. Este é o caminho para uma saída positiva frente a atual situação e ao sofrimento das massas sírias.

O que necessita a revolução síria para salvar-se é a constituição imediata de conselhos populares de trabalhadores, em todas as fábricas e locais de trabalhos, mas também nos bairros, democraticamente eleitos, a organização de milícias armadas proletárias sob controle dos Conse-

lhos, armamento geral das massas, para depor Assad e varrer o regime. Frente a estas ações o regime e seu exército se desagregarão. Foi assim no Irã em 1979, foi assim na Tunísia e em tantas outras revoluções.

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, como disse Marx, assim repudiamos e nos opomos a qualquer intervenção estrangeira, mesmo que envolva no véu “humanitário”. Que o povo sírio, através de conselhos revolucionários e da tomada do poder resolva a situação tomando seu destino em suas próprias mãos. Nenhuma confiança no CNS ou no ELS que apenas militarizou a revolução apagando o protagonismo e participação popular do processo, transformando em guerra civil sangrenta de duas frações reacionárias em luta pelo poder, sem que nenhuma represente um futuro digno ou o final das condições que propiciaram o início dos protestos das massas sírias.

As massas são plenamente capazes de concluir o processo revolucionário que iniciaram.

Uma união de todos os trabalhadores do campo e da cidade, sem divisões religiosas ou étnicas, a partir da deposição de Assad, deve constituir o único poder legítimo e reconhecido, para que as tarefas da revolução sejam conduzidas até o fim.

Essas são as condições para que a revolução não se perca e tenha por consequência mais que a deposição de um tirano sanguinário, mas o início de um tempo onde todas as riquezas socialmente produzidas deixem de ser apropriadas por uma camarilha de parasitas e passem a ser distribuídas e utilizadas no interesse social do povo sírio.

**Fora com a intervenção imperialista!
Viva a primavera árabe!**

**Mário é dirigente da Esquerda Marxista e diretor do SINPROIND
Serge é dirigente da Esquerda Marxista e membro da DN PT*

O que nos ensina “Que Fazer”?

*Alex Minoru e Mario Conte
alexminoru@yahoo.com.br

Lenin é um dos pilares da teoria e da prática marxista. Dirigiu o maior acontecimento histórico do século XX, a Revolução Russa de 1917. Trotsky, outro grande líder da revolução, explicou o quanto Lênin foi imprescindível para o acontecimento: “Se eu não tivesse estado em Petrogrado em 1917, a revolução de outubro teria se produzido de toda maneira, com a condição de que Lênin estivesse presente na direção”. Uma importante contribuição de Lenin ao marxismo trata-se da concepção de partido revolucionário. “Que Fazer?” é uma obra que traz importantes elementos para entendermos qual é essa concepção.

Contexto histórico

A brochura foi escrita entre 1901 e 1902 e publicada em março de 1902. Apesar de mais de um século nos separar do seu lançamento, o conteúdo desta obra nos reserva importantes lições para a luta revolucionária em nossos dias.

A Rússia estava sob o repressivo regime czarista com sua polícia política, a Ochrana. Greves eram proibidas, sindicatos e partidos funcionavam na clandestinidade. Muitos dos dirigentes operários foram presos ou exilados. Lenin escreveu “Que Fazer?” enquanto estava refugiado em Munique, na Alemanha.

A polêmica presente na obra

com os chamados “economicistas” dão as bases da cisão que ocorreria no Congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR) em 1903 entre bolcheviques (maioria) e mencheviques (minoridade). O POSDR era a seção da II Internacional na Rússia, partido no qual Lenin militava, assim como vários daqueles que ele critica no livro, como Martinov, Berstein, etc.

A luta travada por Lenin no partido e na Internacional foi maior do que uma simples polêmica em relação a questões organizativas, o combate fundamental era contra uma concepção reformista da luta dos trabalhadores que se ampliava na social-democracia internacional. Essa concepção tinha no alemão Eduard Bernstein o principal teórico. Revisando o marxismo, Berstein defendia a existência de um “avanço constante” da classe operária, chegando à conclusão de que não era necessária uma revolução, mas reformas gradativas no seio do capitalismo.

As lutas econômicas e as lutas políticas

A tendência “economicista” no interior da social-democracia, influenciada pelas “inovações técnicas” de Berstein, limitava-se e se subordinava à luta econômica. Entendendo luta econômica como as lutas por melhorias nas condições de vida do proletariado que não questionam, a princípio, a estrutura da sociedade, como uma greve por reajuste salarial. Na compreensão de Lenin, deveria haver uma relação dialética entre as lutas econômicas e as lutas políticas, sendo que o partido não deveria se limitar às lutas econômicas, mas sim intervir nelas no sentido de elevar o

nível de consciência dos trabalhadores e ganhar os melhores elementos para o partido revolucionário, a vanguarda da classe, que tem como objetivo central a luta política, a luta pela tomada do poder. Citando Lenin em “Que Fazer?”:

“A social-democracia dirige a luta da classe operária não só para obter condições vantajosas de venda da força de trabalho, mas para que seja destruído o regime social que obriga aos não proprietários a venderem sua força de trabalho aos ricos.”

A importância da teoria

É na brochura “Que Fazer?” que está presente a frase “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”. Mais uma vez, a polêmica é com aqueles que querem adaptar a organização revolucionária, suas tarefas e seu nível de consciência, ao do movimento espontâneo do proletariado.

A compreensão de Lenin é que a organização revolucionária deve se apropriar profundamente da teoria, tratando o socialismo como ciência. Sendo que o conhecimento científico, a consciência sobre a necessidade da construção do socialismo, não surge espontaneamente das lutas por questões econômicas, mas são introduzidas pela vanguarda do proletariado. Lenin complementa sobre essa questão em uma das notas de rodapé:

“Isso não significa, naturalmente, que os operários não tenham participação nessa elaboração (da teoria). Não participam como operários, mas como teóricos do socialismo, como os Proudhon e os Weitling; noutros termos, só participam no momento e na medida em que

conseguem dominar, em menor ou maior grau, a ciência de seu século, fazendo-a avançar. E para que os operários consigam com maior frequência, necessita-se do maior empenho possível para elevar o nível de consciência dos operários em geral; é preciso que os operários não se limitem ao marco artificialmente restrito da “literatura para operários”, aprendendo a assimilar cada vez mais a literatura geral. Inclusive, seria mais correto dizer, em vez de “não se limitem”, “não sejam limitados”, uma vez que os operários leem e querem ler também tudo o que se escreve para os intelectuais, e apenas alguns intelectuais (de ínfima categoria) pensam que “para os operários” basta descrever o estado das coisas nas fábricas e ruminar sobre o que já se conhece há muito tempo.”

O Partido

Combatendo o revisionismo e sua adaptação à espontaneidade das massas, Lenin apontava a necessidade da constituição de um partido revolucionário centralizado e profissional, altamente disciplinado, como condição para que possa dirigir uma revolução proletária vitoriosa.

Nesse trecho, explica as diferenças entre as organizações operárias pelas lutas econômicas e o partido revolucionário:

“A luta política da socialdemocracia é muito mais ampla e mais complexa que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e como consequência) a organização de um partido socialdemocrata revolucionário

>> Continua na próxima página

deve inevitavelmente construir um 'gênero diferente' da organização dos operários para a luta econômica. A organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, sindical; em segundo lugar o mais ampla possível; em terceiro lugar, deve ser o menos clandestina possível (aqui e mais adiante refiro-me, bem entendido, apenas à Rússia autocrática). Ao contrário, a organização revolucionária deve englobar antes de tudo e sobretudo, homens cuja profissão seja a atividade revolucionária (por isso, falo de uma organização de revolucionários, pensando nos revolucionários socialdemocratas). Diante dessa característica geral dos membros de tal organização, deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais, que vale, ainda mais, para a distinção entre as diversas profissões de uns e de outros. Necessariamente, tal organização não deve ser muito extensa e é preciso que seja o mais clandestina possível”.

O “Que Fazer?” hoje

O cenário da Rússia autocrática (sob governo autoritário e despótico de um só homem) de 1902 é distinto do cenário mundial e, particularmente, do cenário brasileiro contemporâneo. Mas, ao mesmo tempo, muitas semelhanças e necessidades ainda permanecem.

A repressão ao movimento operário era muito mais aberta na Rússia czarista, mas ela permanece presente, inclusive no Brasil. É só olharmos para a crescente criminalização dos movimentos sociais, de grevistas, dos dirigentes das fábricas ocupadas, etc. Os sindicatos funcionam na legalidade, mas ainda no modelo de sindicatos CLT de Getúlio Vargas, atrelados ao Estado e dependentes da autoriza-

ção deste para poder atuar. A agitação e a propaganda comunista podem ser feitas de forma mais aberta, mas o aparelho repressor herdado da Ditadura Militar permanece ativo e pronto para agir sem nenhum pudor quando for preciso. Na luta entre as classes sociais, a burguesia pode se dizer democrática, pode permitir organizações operárias e assim tentar cooptá-las, mas quando ela sente que é necessário, deixa de lado qualquer aparência democrática e parte pra cima com seu aparelho repressor. Portanto, uma organização preparada para o trabalho clandestino e se-

mi-clandestino, permanece uma necessidade.

Além disso, ainda hoje existe uma pressão cotidiana por subordinar o partido revolucionário às lutas espontâneas. Muitas tendências sucumbem e rebaixam o programa, deixando a propaganda pelo socialismo para os dias de festa e tornando-se um partido de reivindicações econômicas.

Nós, da Esquerda Marxista, buscamos defender e aplicar os métodos de Lenin. Nossa intervenção na luta de classes necessita de militantes combativos, mas que não se deixam arrastar

pelos movimentos, que buscam através da explicação paciente demonstrar que todo e qualquer avanço pontual, importante que seja, estará sempre ameaçado enquanto a sociedade não reorientar suas forças produtivas no interesse social comum. Algo que só pode ser feito através da tomada do poder pelo proletariado.

Lenin encerra o panfleto com um capítulo sobre a importância do jornal, como órgão de propaganda e organizador das lutas em todo o território russo. Dirigir essa propaganda na larga escala territorial do nosso país, é a tarefa que também buscamos cumprir com a edição e distribuição militante do Jornal Luta de Classes.

Na atualidade, temos visto fantásticos movimentos espontâneos, como a primavera árabe, as mobilizações contra a austeridade na Grécia, Espanha, etc., mas que carecem de uma direção revolucionária com influência de massas para que evolua no sentido da tomada do poder pelo proletariado. Na realidade, a história do movimento operário está recheada de exemplos de grandiosas mobilizações, mas que por falta de uma direção capaz, regrediram para um controle social estável da burguesia, em muitos casos com repressão brutal sobre o movimento.

Formar quadros capacitados para intervir na luta de classes, que saibam combinar a agitação e a propaganda para ganhar os trabalhadores para a luta política. Construir uma organização revolucionária de massas, seguindo os ensinamentos da história do movimento operário. Esse é o desafio que se coloca hoje para a Corrente Marxista Internacional (CMI) e sua seção no Brasil, a Esquerda Marxista.

**Alex e Mário são dirigentes da Esquerda Marxista*



Cartão postal em homenagem a Lênin

Crédito: Internet

FSM Palestina Livre: ponto de apoio para a causa palestina ou o seu contrário?

*Caio Dezorzi

caiodezorzi@yahoo.com.br

Está convocado para ocorrer no Brasil, em Porto Alegre (RS), de 29 de Novembro a 1º de Dezembro, o Fórum Social Mundial Palestina Livre.

Sempre afirmamos que o tal “Fórum Social Mundial” (FSM) é um instrumento contrarrevolucionário, financiado por ONGs, empresas e Governos, que busca iludir a juventude, o movimento operário e os movimentos sociais em geral, com uma “máscara” de “luta por mudanças sociais”, mas que aplica a linha de colaboração de classes, unindo capitalistas e proletários para afirmar que “Um outro mundo é possível” sem questionar a propriedade privada dos meios de produção e seu sistema, o Capitalismo. Buscam assim dar “face humana” ao sistema capitalista.

Já a realização do “FSM-Palestina Livre” traz outros elementos que devem nos levar a ter uma postura diferenciada em relação a que temos quanto às edições “tradicionais” do FSM. Expliquemos...

O FSM Palestina Livre não foi impulsionado pelos organizadores do FSM. Pelo contrário, os organizadores se viram obrigados a aceitar a realização de um FSM Palestina Livre por pressão exercida pelos militantes palestinos que se reuniram na edição de Dakar em 2011. Essa reunião de militantes palestinos do mundo todo em Dakar foi fruto do afluxo do movimento de resistência palestina impulsionado pela revolução árabe emanada da Tunísia e Egito desde o início de 2011.

Depois de aceitar realizar isso, que na prática deverá ser um encontro mundial de militantes pela causa palestina, a organização do FSM busca se apropriar e atribuir ao encontro a mesma linha política que dá às edições tradicionais: ou seja, não propor



Mulher pede pela paz e por uma Palestina Livre

nenhuma campanha, não questionar o capitalismo, e engabelar tudo com a conclusão abstrata e inócua de que “Outro Mundo é Possível”. Entretanto, os Palestinos resistem a isso, principalmente através da intervenção da “União Democrática de Entidades Palestinas do Brasil”, que é uma frente das comunidades palestinas do Brasil que foi fundada em oposição à FIPAL, entidade aparelhada pelo PCdoB.

Por pressão da “União Democrática de Entidades Palestinas do Brasil” (UDEP), o FSM Palestina Livre aceita eixos muito mais avançados do que aqueles que os organizadores do FSM gostariam (paz entre Israel e Palestina, respeito aos acordos de Oslo, etc.). A UDEP propôs como eixos: “Estado único, laico e democrático sobre todo o território da Palestina histórica, com garantia para o retorno de todos os refugiados para seus lares e propriedades, assim como a convivência com direitos iguais para todos os cidadãos sem discriminação de raça, cor ou reli-

gião, com Jerusalém como sua capital, respeitando o direito das minorias de exercer sua cidadania.” Como podemos ver na convocatória oficial, parte importante dos eixos propostos pela UDEP foi incorporada.

Sobre essas bases, este FSM Palestina Livre ficaria subvertido em um instrumento da causa palestina que poderá ser um marco histórico, reunindo palestinos do mundo inteiro. Mas várias forças dentro do Comitê Organizador buscam desviar os eixos, propondo a formação de dois Estados (o que, na prática, significa reconhecer o Estado de Israel) e também propondo incluir na lista de convidados, figuras que historicamente são contrárias ao direito de retorno dos palestinos às suas casas, das quais foram expulsos (chegaram até a insistir no convite de Jimmy Carter, ex-presidente dos EUA).

Devemos participar deste FSM Palestina Livre com todo empenho para levá-lo ao seu desenlace mais combativo. Em todas as universida-

Convocatória Oficial (trechos):

Ver a íntegra em www.wsfpalestine.net

“(…) O FSM Palestina Livre será um encontro global de ampla base popular e de mobilizações da sociedade civil de todo o mundo. Ele visa:

Mostrar a força da solidariedade aos chamados do povo palestino e à diversidade de iniciativas e ações visando promover a justiça e a paz na região.

Criar ações efetivas para assegurar a autodeterminação palestina, a criação de um Estado Palestino com Jerusalém como sua capital, e o atendimento aos direitos humanos e ao direito internacional por:

Acabar com a ocupação israelense e a colonização de todas as terras árabes e derrubar o muro;

Assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos árabe-palestinos de Israel à plena igualdade, e implementar, proteger e promover os direitos dos refugiados palestinos de retornar a seus lares e propriedades, como estipula a resolução da ONU 194.

Ser um espaço para discussão, troca de ideias, estratégias e planos que desenvolvam a estrutura da solidariedade”.

des, sindicatos e movimentos, devemos favorecer a formação de comitês para enviar delegações ao FSM Palestina Livre, realizar atividades de debate e formação sobre a causa palestina, levantando as bandeiras históricas desta luta, pelo fim do Estado de Israel e o direito de retorno de todos os palestinos!

*Caio é dirigente da Esquerda Marxista